



Como o sector vê o programa do Governo

O Governo promete estudar medidas como revisão do modelo de financiamento e reorganização da rede, mas não avança ainda com propostas concretas.

Nuno Crato deslumbrou o Parlamento quando apresentou o seu programa, mas no que se refere ao ensino superior as medidas são sobretudo de continuidade. Há poucas novidades e o programa é ainda vago. A maioria dos especialistas contactados pelo Diário Económico é da opinião que é preciso esperar para ver.

“Apostar na continuidade” é uma virtude do programa do XIX Governo, defende Pedro Lourtie, ex-secretário de Estado do Ensino Superior e antigo representante português no Processo de Bolonha. “Mais importante do que conhecer estas curtas linhas programáticas, é conhecer o verdadeiro programa de acção que as permita concretizar, o que, de facto, não conhecemos”, sustenta João Redondo, presidente da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP).

Sobre as duas medidas que os reitores mais pediam ao novo ministro – manutenção do financiamento público que premeie a investigação e o mérito e reforço da autonomia, segundo os depoimentos recolhidos pelo Diário Económico antes de ser conhecido o elenco governativo – o programa não adianta nada de concreto. No que se refere ao financiamento, o programa de Governo limita-se a dizer que vai estudar o novo modelo “com vista, por um lado, a uma maior estabilidade e previsibilidade e, por outro, à consideração de factores de qualidade”. A revisão do modelo de financiamento para que se deixe de basear essencialmente no número de alunos e passe a levar em conta a qualidade, há muito que é defendida por várias vozes e foi já a exigência feita na anterior legislatura a Mariano Gago, mas ficou por fazer. “Um modelo de financiamento que tome em conta apenas o número de alunos não me parece o modelo correcto”, defende Ramôa Ribeiro, reitor da Universidade Técnica. Em sua opinião, o financiamento devia ser feito “em função de uma avaliação, como se faz nas unidades de Investigação e Desenvolvimento”.

Já a autonomia que era outro grande desafio lançado ao novo Governo – pela voz do presidente do Conselho de Reitores Portugueses (CRUP) e reitor da Universidade Nova, António Rendas –, para assegurarem uma “gestão responsável e transparente”, nunca é referida no programa.

Já a ex-ministra Maria da Graça Carvalho lança o desafio ao Governo para que negocie um fundo estrutural europeu específico para o ensino superior e a ciência como forma de assegurar novas formas de financiamento. “Passos Coelho já pediu em Bruxelas a renegociação dos fundos e é essencial criar



“Passos Coelho deve criar um programa para o ensino superior e a ciência no âmbito do QREN”, defende Maria da Graça Carvalho.



“Apostar na continuidade” é uma virtude do programa do novo Governo, diz Pedro Lourtie.

um programa para o ensino superior e a ciência e a inovação, no âmbito do QREN”.

A ‘troika’ sempre presente

Em tempo de crise e de imposição de austeridade por parte da ‘troika’, as palavras-chave não podiam ser outras: racionalizar e reorganizar. No entanto, mais uma vez, o programa fala apenas, para já, em “estudo de possíveis medidas conducentes à reorganização da rede pública de instituições de ensino superior, com eventual especialização das instituições em termos de oferta de cursos e de investigação”.

Muitas vezes se têm levantado contra o que consideram ser um excesso de oferta de cursos e instituições em Portugal, defendendo a sua reorganização, que poderia passar por consórcios, fusões ou, pelo menos, associações mais ou menos abrangentes para evitar sobreposições. Maria da Graça Carvalho, actual eurodeputada do PSD, defende aquilo que chama “sinergias regionais entre instituições”. Em sua opinião, a primeira coisa a fazer é “eliminar sobreposições”. A eurodeputada acredita que a eliminação de instituições é difícil de levar a cabo, mas defende “a coordenação entre elas”.

Mas há também quem seja contra as fusões como medida miraculosa e acredite que os caminhos possam ser outros, e que há muito onde cortar primeiro. “Acho que o que falta a Portugal, mais do que grandes fusões, é uma maior especialização. As instituições fazem quase todas o mesmo e poucas são especializadas”, diz Luís Reto, reitor do ISCTE-IUL. “Há muito a racionalizar no interior das instituições e só se deve avançar para fusões ou consórcios depois de se ter racionalizado os procedimentos nas actuais instituições”, acrescenta Luís Reto, para quem “há muito para fazer ainda no ensino superior em termos de eficiência”.

O ensino profissional é também uma prioridade do programa do XIX Governo, que aposta no “investimento do ensino politécnico nos cursos de especialização tecnológica e outras formações de curta duração”. Esta é, aliás, uma medida imposta a Portugal pela ‘troika’. O “alargamento do ensino a novos públicos, em particular a grupos com formação profissional prévia” é outro dos desafios lançados ao novo ministro por António Rendas.

A empregabilidade e a internacionalização são também duas grandes metas deste programa. “A empregabilidade passa também pelo incentivo ao empreendedorismo, a arrancar com novas empresas”, lembra Pedro Lourtie. “A criação de gabinetes de empregabilidade e de empreendedorismo tornou-se uma obrigatoriedade”, afirma Sobrinho Teixeira. A ideia de tornar obrigatório a publicação de índices de empregabilidade era do CDS-PP, que agora foi recuperada pelo Governo de coligação. ■ **Andrea Duarte e Carla Castro**

Discutir o modelo de financiamento, que se baseia essencialmente no número de alunos, é um dos pontos do programa.



OS PROTAGONISTAS



Manutenção do financiamento público “baseado no mérito”, alargamento do ensino a novos públicos em particular com formação profissional prévia, promoção de critérios rigorosos na avaliação e acreditação e “reforço da autonomia” para uma gestão responsável, são para o presidente do CRUP, António Rendas, os desafios de Crato.



Luís Reto considera que “o problema é muito mais de recursos e de gestão eficiente destes recursos” do que de reorganização da rede de instituições de ensino superior. “Há muito a racionalizar no interior das instituições” e só se deve avançar para uma fusão depois de otimizar recursos dentro das universidades, lembra o reitor do ISCTE.

*100

O Contrato de Confiança destinou, em 2010, 100 milhões de euros ao ensino superior.



Ramôa Ribeiro é um grande defensor da reorganização da rede. Porém, lembra que as fusões em França demoraram uma década e tiveram um grande apoio do Estado. Para o reitor da UTL, este programa tem algumas lacunas, como a de não mencionar os "doutoramentos sanduíche", feitos em dois países, em vez dos doutoramentos no estrangeiro.



Sobrinho Teixeira, presidente do CCISP (politécnicos), é da opinião que a reorganização da rede é uma questão a discutir, mas apenas se contribuir para uma maior qualificação dos portugueses. Em sua opinião, "algumas apostas", como o reforço do sistema binário (complementaridade entre universidades e politécnicos) vão no sentido certo.



"Trata-se de um conjunto de boas intenções cuja eficácia dependerá, essencialmente, da acção efectiva do Executivo", resume João Redondo. O presidente da APESP (ensino privado) defende "um novo olhar sobre o modelo de financiamento que permita ganhos de eficiência e competitividade e privilegie o mérito".



António Vicente, presidente da direcção do SneSup (Sindicato do Superior), destaca que é "interessante esta perspectiva de continuidade de aposta na Ciência, embora um dos aspectos que fica menos claro seja o que é que acontecerá aos investigadores e bolsiros, que têm contratos a terminar dentro de um a três anos".

As sete palavras-chave para Nuno Crato

Em tempo de corte de custos, reorganizar e racionalizar a rede são conceitos que dominam o programa de Governo.

1. Financiamento Manter o financiamento público foi o pedido mais ouvido pelo Diário Económico aos reitores antes do Governo entrar em funções. Com os cortes na despesa que a 'troika' exige, resta esperar pela parte do esforço que caberá ao ministério de Nuno Crato. Há muito também que os reitores pedem contratos de financiamento plurianuais e a alteração do modelo de financiamento para que deixe de se basear essencialmente no número de alunos e passe a levar mais em conta a qualidade do ensino e investigação. O programa vai precisamente nesse sentido, sem avançar com medidas concretas, admitindo apenas a "discussão do modelo de financiamento do ensino superior com vista, por um lado, a uma maior estabilidade e previsibilidade e, por outro, a consideração de factores de qualidade da actividade e de incentivos ao seu melhoramento".

2. Reorganização / racionalização da rede O programa refere o "estudo de possíveis medidas conducentes à reorganização da rede pública de ensino superior, com eventual especialização das instituições em termos de oferta de cursos e de investigação". Com o número elevado de instituições para um país tão pequeno, há muito que se levantam vozes a pedir essa reorganização com eventual fusão ou integração, em alguns casos, até por uma questão de redução de custos. Juntar na mesma região universidades e politécnicos da mesma área de formação é uma das hipóteses defendidas. Esta reorganização de que fala o programa não refere a questão da autonomia das instituições, que é reclamada pelos reitores para que possam gerir os seus recursos com mais eficiência. A pensar em obter essa autonomia, várias universidades já passaram a fundação e outras estão a pensar fazê-lo.

3. Empregabilidade Já existe informação sobre a empregabilidade dos cursos em algumas instituições, mas o novo Governo quer mais. O 'follow up' dos alunos em termos de colocação profissional é essencial para que os estudantes saibam, quando se candidatam, como está a oferta de emprego na área. A ideia constava do programa do CDS-PP e foi incorporada pelo PSD no programa de Governo da coligação.

4. Ensino profissional É referido no programa "o investimento do ensino politécnico nos cursos de especialização tecnológica e outras formações de curta duração". Os reitores pediam, através do CRUP, o alargamento do ensino a novos públicos em particular a grupos com formação profissional prévia e a 'troika' também o exigiu.

5. Avaliação O governo quer continuar a regulação do Ensino Superior através da Agência de Avaliação e Acreditação, que foi lançada pelo anterior Executivo. A promoção de critérios rigorosos na avaliação é uma das exigências feitas pelo CRUP a Nuno Crato.

6. Internacionalização Captação de professores e alunos estrangeiros, com aulas em inglês, já é prática comum nas maiores universidades do País. Abrir pólos nos PALOP é outra estratégia que ganha terreno. O programa fala num compromisso com as instituições "com vista à sua internacionalização" e em manter os programas de mobilidade de estudantes e professores.

7. Bolonha O programa de Governo promete rever a legislação relativa ao processo de Bolonha, em particular com vista à simplificação do processo no que se refere à criação e alteração de cursos. Avaliar a implementação prática de Bolonha tem sido uma prioridade em cima da mesa. ■ Carla Castro



Ensino Superior analisa à lupa programa de Crato

O programa de Governo “é de continuidade”, diz o sector, que está preocupado com a revisão do modelo de financiamento e a reorganização da rede. [P2/3](#)

O ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, cumprimenta o primeiro-ministro no dia da apresentação do programa de Governo.